

**CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO**

***MEMÓRIAS DE UM  
PROCESSUALISTA***

**MEMÓRIAS DE UM PROCESSUALISTA**

© CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.  
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495  
URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)  
e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição: PC Editorial Ltda.*

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil  
03.2021

1194214

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

D583 Dinamarco, Cândido Rangel.  
Memórias de um processualista / Cândido Rangel Dinamarco. –  
São Paulo : Malheiros, 2021.  
296 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5860-011-4

1. Dinamarco, Cândido Rangel - Memórias. 2. Processo civil –  
Brasil. I. Título.

CDU 929:347.91/95(81)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Dinamarco, Cândido Rangel ; Memórias : Processo civil 929:347.91/95(81)  
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

**SUMÁRIO**

<i>Agradecimento</i> .....	5
<i>Dedicatória</i> .....	7

***I – EU, PROCESSUALISTA******Parte I – O Processo e Eu***

<i>1. o significado e a razão de ser deste escrito</i> .....	18
<i>2. chegando às Arcadas de São Francisco</i> .....	19
<i>3. o processualista de antigamente e os rumos da processualística moderna</i> .....	22
<i>4. entre duas ou mais gerações</i> .....	23
<i>5. do velho ao novo modelo processual brasileiro – acesso à justiça – a tutela coletiva</i> .....	26
<i>6. direito processual constitucional</i> .....	30
<i>7. a Reforma do Código de Processo Civil de 1973 pela Lei do Cumprimento de Sentença</i> .....	32
<i>8. o advento do Código de Processo Civil de 2015</i> .....	33
<i>9. o processo digital</i> .....	35
<i>10. heranças dos Códigos anteriores</i> .....	36
<i>11. o futuro do processo civil brasileiro</i> .....	38

***Parte II – Minha Vida Profissional***

<i>12. sobre o conteúdo deste capítulo</i> .....	40
<i>13. minha primeira experiência como docente de direito processual civil</i> .....	40
<i>14. Milão</i> .....	42
<i>15. a rotina da vida e das pesquisas na “Università degli Studi”</i> .....	44

16. <i>a escolha do tema para a tese</i> .....	45
17. <i>meu convívio com Liebman</i> .....	46
18. <i>outros cursos na “Università degli Studi”</i> .....	48
19. <i>de volta ao Brasil e à Faculdade – uma decepção inicial e a maior de minhas surpresas</i> .....	48
20. <i>doutorado, livre-docência e titularidade</i> .....	50
21. <i>atividades em outras Faculdades brasileiras</i> .....	51
22. <i>palestras e cursos</i> .....	53
23. <i>congressos e minhas decepções</i> .....	54
24. <i>prefácios, homenagens e uma lembrança muito especial – Adroaldo</i> .....	56
25. <i>Ministério Público</i> .....	58
26. <i>três afastamentos</i> .....	61
27. <i>quinto constitucional</i> .....	63
28. <i>aposentadoria e advocacia</i> .....	64
29. <i>Lipari</i> .....	65
30. <i>minhas três profissões forenses</i> .....	66

### *Parte III – Minhas Contribuições à Ciência Processual*

31. <i>minha maior vitória e meu maior orgulho</i> .....	69
32. <i>minhas ideias e propostas em processo civil</i> .....	73
33. <i>direito e processo</i> .....	73
34. <i>teoria geral do processo e a inclusão do processo arbitral nessa teoria geral</i> .....	75
35. <i>a instrumentalidade do processo</i> .....	76
36. <i>processo civil de resultados</i> .....	76
37. <i>os quatro institutos fundamentais do direito processual</i> .....	77
38. <i>a jurisdição ao centro dos institutos fundamentais</i> .....	78
39. <i>a jurisdição estatal como expressão do poder nacional</i> .....	78
40. <i>universalização da jurisdição</i> .....	79
41. <i>tutela jurisdicional a pessoas, não a direitos</i> .....	80
42. <i>contra o “processo civil do autor” – tutela jurisdicional ao autor ou ao réu, conforme o caso</i> .....	80
43. <i>interesse-necessidade e interesse-adequação</i> .....	81

44. <i>litisconsórcio multitudinário</i> .....	81
45. <i>capítulos de sentença</i> .....	82
46. <i>coisas julgadas conflitantes</i> .....	82
47. <i>relativização da coisa julgada</i> .....	84
48. <i>súmulas vinculantes</i> .....	86
49. <i>a execução na teoria geral do processo civil</i> .....	87
50. <i>o título executivo como fator do interesse-adequação nas execuções forçadas</i> .....	87
51. <i>a regra da fidelidade da liquidação ao título executivo</i> .....	88
52. <i>o trato unitário das medidas urgentes</i> .....	89
53. <i>juízo do mal maior e juízo do direito mais forte</i> .....	90
54. <i>falsas condições da ação</i> .....	91
55. <i>os meus escritos</i> .....	92
56. <i>o retrato de uma vida profissional</i> .....	93

## **II – COISAS JULGADAS CONFLITANTES**

1. <i>a elegante questão das coisas julgadas conflitantes – uma decisão polêmica do Superior Tribunal de Justiça</i> .....	98
2. <i>antecedentes</i> .....	99
3. <i>coisa julgada material: sua conceituação jurídica</i> .....	100
4. <i>justificação político-institucional e convivência com outros valores</i> .....	103
5. <i>tornando à questão central deste estudo</i> .....	104
6. <i>a eficácia natural dos atos estatais e a revogação de sentença por sentença</i> .....	105
7. <i>os ônus processuais e o regime processual das nulidades</i> .....	107
8. <i>confirmação da tese: o ônus de propor ação rescisória</i> .....	108
9. <i>a tese da prevalência da primeira coisa julgada – uma suposta inexistência jurídica da segunda sentença</i> .....	109
10. <i>a posição assumida pelo Superior Tribunal de Justiça em favor da prevalência da segunda coisa julgada</i> .....	112
11. <i>prevalência da segunda coisa julgada ainda quando obtida em processo iniciado antes do outro</i> .....	112
12. <i>três ou mais sentenças em conflito</i> .....	113
13. <i>coisas julgadas convergentes</i> .....	113

<i>14. julgamento antecipado parcial do mérito</i> .....	114
<i>15. decisão incidente sobre uma questão prejudicial</i> .....	114
<i>16. a coisa julgada arbitral</i> .....	114

### **III – O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, SUA ÁREA DE INCIDÊNCIA E SUAS LIMITAÇÕES**

<i>1. o princípio da precaução e sua justificação no sistema do direito</i> .....	117
<i>2. princípio ou regra técnico-jurídica?</i> .....	118
<i>3. as dúvidas legitimadoras da aplicação do princípio da precaução – fatos ou direito – probabilidade e razoabilidade</i> .....	120
<i>4. princípio da precaução e princípio da prevenção</i> .....	121
<i>5. o princípio da precaução e os valores ambientais</i> .....	122
<i>6. a verdadeira dimensão do princípio – o juízo do direito mais forte e a instrumentalidade do processo</i> .....	124
<i>7. ainda a verdadeira dimensão do princípio – não só em relação ao ônus da prova</i> .....	128
<i>8. ônus da prova – apreciação geral do tema</i> .....	129
<i>9. flexibilização da distribuição do ônus da prova</i> .....	131
<i>10. a inversão do ônus da prova e sua distribuição dinâmica</i> .....	131
<i>11. limitações ao poder de flexibilizar a distribuição do ônus da prova – a garantia constitucional do devido processo legal</i> .....	133
<i>12. o princípio da precaução e as tutelas jurisdicionais de urgência</i> .....	135
<i>13. ainda as limitações ao poder de flexibilizar – prevenir ou acautelar e não remediar ou ressarcir</i> .....	136
<i>14. certeza, probabilidade e risco em direito processual</i> .....	139

### **IV – “SUPPRESSIO”, DIREITO E PROCESSO**

#### **I – VISÃO DE CONJUNTO E ORIGEM**

<i>1. bases conceituais</i> .....	144
<i>2. entre o direito substancial e o processo – uma relevante colocação de cunho metodológico</i> .....	145
<i>3. exercício do direito de ação e exercício dos direitos substanciais – os direitos potestativos</i> .....	147
<i>4. dois pilares sistemáticos de primeira grandeza</i> .....	151

5. <i>denominação</i> .....	152
6. <i>origem pretoriana no direito alemão</i> .....	153

## II – A “*SUPPRESSIO*” E O DIREITO

7. <i>natureza jurídica e distinção de outros institutos</i> .....	154
8. <i>“duty to mitigate the loss”</i> .....	157
9. <i>“surrectio”</i> .....	158
10. <i>uma “fattispecie” complexa – omissões prolongadas – culto à confiança – insuficiência do fator tempo</i> .....	159
11. <i>fundamento sistemático: dever de boa-fé objetiva e veto aos comportamentos contraditórios</i> .....	161
12. <i>ainda o art. 422 do Código Civil como fundamento legal da “suppressio” – a boa-fé objetiva</i> .....	165
13. <i>a “suppressio” e o “venire contra factum proprium” – condutas comissivas ou omissivas – o tempo e a confiança</i> .....	166
14. <i>sobre a confiança</i> .....	168
15. <i>elementos comuns e elementos peculiares ao “venire” e à “suppressio”</i> .....	170
16. <i>abuso do direito de ação</i> .....	171
17. <i>direitos com objeto pecuniário ou não-pecuniário</i> .....	173
18. <i>obrigações contratuais ou extracontratuais – direitos reais</i> .....	174
19. <i>precedentes do Superior Tribunal de Justiça</i> .....	175
20. <i>“suppressio” e Administração Pública</i> .....	177
21. <i>“suppressio”, confiança e equilíbrio</i> .....	180

## III – “*SUPPRESSIO*” E TÉCNICA PROCESSUAL

22. <i>direito e processo – ainda a superada visão romanística do processo como via de exercício dos direitos</i> .....	181
23. <i>a postura da doutrina da “suppressio”</i> .....	183
24. <i>“suppressio”, dogmática processual e direito processual constitucional</i> .....	183
25. <i>vedado o conhecimento “ex officio”</i> .....	184
26. <i>as possíveis atitudes do obrigado – adimplemento, exceção, ação declaratória negativa, oposições à execução</i> .....	186
27. <i>impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução</i> .....	187

28. <i>indispensável observância do contraditório</i> .....	189
29. <i>ônus da prova</i> .....	190
30. <i>juízo de mérito</i> .....	191
31. <i>apelação, devolução oficial, recurso especial e ação rescisória</i> ..	193

#### **V – DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA DEMANDA**

1. <i>pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito</i> .....	197
2. <i>momentos para a verificação dos pressupostos do julgamento do mérito (processo de conhecimento)</i> .....	198
3. <i>documentos indispensáveis à propositura da demanda (art. 320)</i>	200
4. <i>os demais documentos: mérito</i> .....	202
5. <i>processo ou fase de conhecimento (não executivo, não monitório)</i> .....	202
6. <i>síntese e conclusão: nem todos os documentos úteis são indispensáveis à propositura da demanda</i> .....	205

#### **VI – AS SENTENÇAS CONDICIONAIS NO QUADRO DAS SENTENÇAS INCOMPLETAS**

1. <i>o tema e a identificação dos problemas</i> .....	207
2. <i>condenações genéricas, para o futuro ou condicionais – espécies de condenações incompletas</i> .....	208
3. <i>não somente as sentenças condenatórias</i> .....	210
4. <i>o repúdio legal às sentenças condicionais e seu fundamento sistemático</i> .....	211
5. <i>variedade e heterogeneidade de espécies de condicionalidade – um imperioso corte metodológico</i> .....	213
6. <i>ainda a variedade de espécies de sentenças incompletas</i> .....	214
7. <i>graus de imperfeição das sentenças incompletas e a posição do Código de Processo Civil</i> .....	216
8. <i>denúncia da lide, uma demanda de caráter eventual e uma sentença condicional</i> .....	216
9. <i>sentenças para o futuro</i> .....	218
10. <i>risco praticamente nenhum e coisa julgada “rebus sic stantibus”</i>	221
11. <i>conclusões sobre as sentenças condicionais e as variações da condicionalidade</i> .....	223



**VII – FIANÇA E PROCESSO**

1. <i>uma vital premissa metodológica</i> .....	225
2. <i>acessoriedade e benefício de ordem (sobre a distinção entre obrigação e responsabilidade)</i> .....	226
3. <i>espécies de fiança – modos e momentos de sua constituição</i> .....	230
4. <i>legitimidade passiva do fiador ao processo de conhecimento</i> .....	232
5. <i>chamamento ao processo</i> .....	233
6. <i>as possíveis defesas do fiador e as do devedor principal</i> .....	235
7. <i>a revelia de um dos demandados e a defesa oferecida pelo outro</i> .....	236
8. <i>capítulos de sentença e dimensões da coisa julgada</i> .....	238
9. <i>o fiador como assistente do afiançado ou vice-versa</i> .....	240
10. <i>eficácia da intervenção (CPC, art. 123)</i> .....	241
11. <i>fiança e execução (aspectos gerais)</i> .....	242
12. <i>a fiança como título executivo tipificado em lei</i> .....	243
13. <i>o requisito da liquidez</i> .....	245
14. <i>exigibilidade</i> .....	247
15. <i>legitimidade passiva do fiador à execução</i> .....	248
16. <i>responsabilidade patrimonial</i> .....	248
17. <i>benefício de ordem</i> .....	250
18. <i>é indispensável alegar o benefício de ordem (exceção em sentido estrito)</i> .....	252
19. <i>ônus da prova</i> .....	255
20. <i>legitimidade ativa ulterior do fiador</i> .....	255
21. <i>sub-rogação e ação regressiva</i> .....	256
22. <i>sobre o fiador judicial</i> .....	257

**VIII – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL  
E LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO**

1. <i>dois temas versados pelo prof. José Carlos Barbosa Moreira</i> .....	262
2. <i>substituição processual</i> .....	263
3. <i>o interesse próprio defendido de modo indireto pelo substituto processual – uma relevantíssima premissa sistemática</i> .....	264
4. <i>direito alheio, ação própria e condição de parte no processo</i> .....	265
5. <i>o direito alheio e a demanda proposta pelo substituto</i> .....	266

6. <i>fundamentos da outorga de legitimidade extraordinária</i> .....	267
7. <i>o litisconsórcio necessário e o unitário – dois conceitos correlatos mas dois institutos independentes</i> .....	269
8. <i>a doutrina italiana do litisconsórcio necessário</i> .....	270
9. <i>a doutrina alemã e sua perversa repercussão no Código de Processo Civil brasileiro de 1973</i> .....	272
10. <i>o papel desempenhado pela doutrina brasileira</i> .....	272
11. <i>o litisconsórcio necessário-unitário</i> .....	273
12. <i>ainda a incindibilidade das situações jurídicas como fundamento da unitariedade e da necessidade do litisconsórcio</i> .....	274
13. <i>o acolhimento da tese de Proto Pisani na doutrina brasileira</i> .....	274
14. <i>tornando aos fundamentos da legitimidade extraordinária – uma inconstitucionalidade reversa</i> .....	275
15. <i>uma falsa hipótese de litisconsórcio necessário – mero “condicionamento” da legitimidade do substituto processual</i> .....	276
16. <i>em resguardo da constitucionalidade</i> .....	278
17. <i>nos processos coletivos – um imperioso corte sistemático</i> .....	280
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL</b> .....	283